

---

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO**

---

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E  
LAZER  
ATA 01/2024 - SEMEC

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às quinze horas e trinta minutos, estão presentes para realização da reunião ordinária, onde participam: A Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Laser, Giovana Mion Casagrande, a técnica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer: Viviane Cristina Wantuk Stawinski, os membros do Conselho Municipal de Educação, sendo: representantes da SEMEC – Aline Vieira de Lima (Presidente) e Luciane Marques da Silva (Secretária); representantes dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino: Adriane Schreiber e Juliana Jasluk Cavalheiro representante das APMF's das Escolas Municipais: Mary Jeniffer de Jesus Carvalhaes; representante do Conselho Tutelar: Priscila Ribas Machado; representantes do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente: Camila Guedes e Daniel Havro da Silva; representante da Secretaria Municipal da Ação Social: Janaina Fátima de Souza Rodrigues; representante do Núcleo Regional de Educação Área Metropolitana Norte: Maria Bernadete Andrade dos Santos Manfron. Aline, Presidente do Conselho Municipal de Educação agradece a presença de todos. O primeiro item da pauta "Avaliação Diagnóstica", Viviane explica como é feita essa avaliação. As técnicas da secretaria vão às escolas, pegam uma turma de cada vez, colocam uma cadeira do lado de fora da sala e é feita a leitura de forma individual com as crianças e dentro de sala é feita uma parte escrita e mais a oralidade. Na escola Palmas são quase quinhentos alunos e temos sete técnicos da SEMEC que fazem todo esse processo que vai de fevereiro a março. Dia dezenove de fevereiro foi feito Escola Municipal Palmas, dia vinte Escola Municipal João Menegusso, dia vinte e um finalizado Escola Menegusso e foram para a Escola Bom Pastor, vinte e dois finalizado Bom Pastor e foram para Escola Municipal Jardim Pioneiro. Dia vinte e três não teve avaliação diagnóstica por conta da reunião com o coordenadores pedagógicos no centro de eventos. Dia vinte e seis, segunda Escola Municipal José Valenga e hoje, terça, estão na Escola Sagrada Família. A Escola Municipal Sagrada Família por ter bastante alunos provavelmente só finalize na quarta e se der tempo, também irão para a Escola Municipal Vereador Hemetério Torres e na sequência Escola Municipal Mercedes Marques que fica no interior. Viviane comenta que Aline é representante da Escola do Campo e vai para a Escola Alexandre Bueno fazer o diagnóstico. Viviane também fala sobre o objetivo do diagnóstico que é identificar o nível de aprendizagem dos nossos alunos, para saber quem está na letra, quem está na sílaba, quem já consegue ler textos curtos e quem consegue fazer uma leitura boa, com isso vamos diagnosticar em forma de tabela o nível de cada aluno. Nessa tabela tem o nome do aluno e diz se o aluno tem laudo, se a criança recebe atendimento fora da escola e se tem currículo adaptado. Um exemplo que Viviane trouxe foi de uma criança de quinto que está só em sílaba, e as perguntas são, o que a professora está fazendo para estimular essa criança, qual o olhar do profissional para essa criança e qual o olhar da SEMEC para essa criança e nos casos de dificuldade, é tratado de maneira individual com cada escola. Desse diagnóstico não é possível dar uma devolutiva nesse momento aos presentes, tendo em vista, todo detalhamento e morosidade do processo, porque além da coleta de dados no ato da avaliação, tais informações serão tabuladas e inseridas em gráficos para depois serem analisadas a atual realidade e necessidade de cada instituição. Do retorno das devolutivas para as escolas, cada uma só recebe a sua devolutiva com o perfil de sua escola. No

ano passado fizemos bastante normativas. No final do ano respondemos questionário do Tribunal de Contas com relação a tudo o que é realizado nas escolas. De todo o questionamento, era tudo o que já fazemos em nossas escolas, mas que não tínhamos registrado no papel. Por isso, a necessidade de efetivar essas normativas que norteiam essas atividades realizadas e a partir do ano passado temos como comprovar um exemplo disso é essa avaliação diagnóstica. Na pasta da leitura, o infantil quatro e infantil cinco é mais oralidade, quadro geométrico, onde é perguntado, a cor, a forma geométrica. Do primeiro ao quinto é diferente. Do primeiro ano já entra as letras, os números, se a criança diferencia letra de números, se identifica sílabas, pode acontecer de nessa etapa alguns alunos estarem lendo textos. Do segundo ano em diante vai aprofundando. Uma coisa diferente que veio no questionário do Tribunal de Contas é com relação aos gêneros textuais, trabalhar com os vários tipos de informativos, exemplo; receita, convite, ect. Outra situação é informação implícita ou explícita. Giovana ressalta que esse trabalho da avaliação diagnóstica que é feito pela secretaria, as escolas também fazem suas avaliações e com isso temos um comparativo e com esses dados é trabalhado em cima deles para ver onde queremos e precisamos chegar. Com esse diagnóstico o técnico da SEMEC repassa os dados para os coordenadores das escolas para que seja elaborado um plano de ação para melhora dos pontos que tenham sido apontados como insatisfatórios e orientando a coordenação pedagógica das escolas, para que consigam ajudar seus alunos em suas dificuldades, juntamente com seus professores. Segundo Item da pauta, “Bullying”, Giovana comenta que o projeto veio de uma demanda do Campo Magro dois mil e trinta, onde alguém da comunidade veio e falou que a escola deveria tratar mais sobre o tema dentro das instituições de ensino. Dentro da secretaria, temos grupos de trabalhos onde o Bullying é um desses grupos, que no caso, os técnicos da secretaria se reúnem para tratar do tema. O projeto Bullying foi apresentado para as escolas e tiveram boa receptividade, as escolas aderiram a essa ideia e logo em seguida os Colégios Estaduais entraram junto. Em dois mil e vinte e três tivemos as palestras com Marcos Meier que também abordou o tema Bullying. Todo ano as escolas tem ações voltadas a esse assunto. Algumas escolas tem um monitor que auxilia a professora em sala, auxilia no recreio. No final do ano passado recebemos o kit Bullying, que neste ano foi distribuído para as escolas e CMEIS, sendo que, o das escolas é bem relacionado a valores e o dos CMEIS veio com kit de contação de histórias totalmente voltado a essa temática. Giovana salienta que é um tema que ainda deve ser mais falado em nosso meio e no ambiente escolar. Daniel questionou sobre a questão da entrega dos kits e a Giovana informou que foram entregues no momento pedagógico, no dia dois de fevereiro. Sobre o terceiro item da pauta, “Educação com sustentabilidade”, Aline comenta sobre a entrega dos kits para os alunos poderem trabalhar nas hortas das escolas. Giovana comenta que, esse projeto tem parceria com a Secretaria do Meio Ambiente, que disponibilizou as sementes e mudas para o plantio. Temos uma parceria com a Sanepar, com o projeto Jardins de Água e Mel, onde quatro escolas do município e o Piá Ambiental receberam as casinhas das abelhinhas sem ferrão e as sementes para criação do jardim próximo a casinha das abelhas. Quarto item da pauta, “Escola em Tempo Integral”, foi realizado a adesão ao programa e depois a pactuação das vagas, é uma meta do Plano Nacional de Educação e a meta cinco do Plano Municipal de Educação. Hoje temos quinze vagas para turma de Infantil quatro com matrículas já efetivadas na Escola Municipal Bom Pastor com fila de espera e quinze vagas de Infantil quatro também com matrículas efetivadas da Escola Municipal João Menegusso Filho com lista de espera para essa turma. Dos CMEIS, temos sessenta e quatro vagas pactuadas entre berçário e Maternal III. Foi publicado um decreto instituindo o programa no município, porém a política ainda está em fase de escrita. No sistema do governo federal necessário inserir o decreto e deliberação do estado que dispõe sobre o Tempo Integral. Giovana comenta sobre ser uma demanda federal a questão do integral que o Plano Nacional de

Educação trás como meta o Tempo Integral nas escolas. Dentro do Plano, diz que é necessário que os municípios ofereçam até cinquenta por cento das escolas do município em período integral. E quando se pensa em escola em tempo integral, temos que pensar que, pra tudo isso requer uma estrutura física e um planejamento escolar diferenciado do regular. Em outubro veio chegou essa demanda do governo federal com a pergunta: -Município, você quer pactuar o período integral? Então, foi pactuado oitenta e quatro matrículas e no final do ano em uma repescagem dos municípios que não fizeram a adesão, foi ofertado mais dez vaga pra nós, aceitamos e ficamos com noventa e quatro, sendo trinta para as escolas e sessenta e quatro para os CMEIS. Pensamos no Infantil quatro pelo fato de as crianças estarem vindo dos CMEIS e não teriam tanta dificuldade de adaptação. A princípio, tínhamos uma problemática, porque para que tudo isso acontecesse, é necessário pensar que a turma de tempo integral ocupada sala nos dois períodos, professores o dia todo para atender esses alunos, a questão da alimentação, etc. Para isso, tivemos várias reuniões na secretaria com intuito acharmos soluções para todas as situações, porque não podemos simplesmente colocar o aluno lá na escola o dia todo e não dar suporte para ele, precisamos que ele tenha qualidade. Outra situação, é a atividade complementar que ainda se confunde um pouco com esse período integral. Viviane comenta sobre a documentação, que tudo necessita de mudança na documentação, são cento e oitenta dias antes do próximo ano letivo que se deve abrir o processo solicitando a nova modalidade a ser inserida na instituição e esse tempo, nós não tínhamos, porque já estávamos em outubro. Então, foi uma corrida contra o tempo, para que fosse alterado a Matriz Curricular, o PPP e o Regimento Escolar das escolas que iriam ofertar o Tempo Integral, para que após essa alteração, o processo fosse encaminhado ao Núcleo para aprovação. Daniel comenta dos atendimentos do centro de convivência, onde algumas crianças são atendidas duas, ou três vezes por semana, se poderia ser incluso e considerado como fazendo parte do Tempo Integral, se tem como não prejudicar as metas de cada sistema e ser considerado como Tempo Integral para quem vai para os serviços de convivência. Giovana comenta que, essa meta do Tempo Integral gerou uma nota técnica, pede uma explicação do porquê do Período Integral e por mais que a gente saiba que tem crianças atendidas o dia inteiro, ou seja, meio período na escola, outro meio período, no Piá Ambiental, ou Pet Rural, tem crianças que são duas ou três vezes na semana atendidas pelo esporte, porque querendo ou não o município de alguma forma, está atendendo elas integralmente, mas esse tipo de junção ainda não é permitido, ainda não é contabilizado como Tempo Integral. Giovana diz que esse tipo de pauta também é levado por outros secretários de educação em reuniões do Núcleo de Educação. Janaina comenta que o que diferencia um pouco é ele estar inserido de forma integral, mas o objetivo da educação integral está bem focado na educação e do serviço de convivência ele tem olhar de assistência social para essas famílias, as nossas crianças não serão necessariamente prioritárias da educação integral, por conta da vulnerabilidade, diz Janaina. Acho que aí a gente já tem a necessidade de um ambiente mais pra frente do que a assistência social vem trabalhando no serviço de convivência e o que a educação integral prioriza e a intenção que a gente tem hoje de infantil quatro, infantil cinco, são diferentes dos nossos e a questão da vulnerabilidade ainda pega muito para priorizar o atendimento no serviço de convivência. Daniel comenta da importância do curso de cada situação, é importante que a criança tenha acesso ao período integral, mas também é importante ser observado a questão da vulnerabilidade. Janaina diz que nessa questão mais específica que, estou trabalhando com a família talvez seja o momento de o projeto de convivência ter esse fortalecimento, mais ou menos aquilo que a gente tem do contra turno, passou pelo serviço de convivência e agora ele amplia para educação integral e o serviço de convivência não extingue, com o contra turno escolar, ao invés de extinguir passa a ser serviço de convivência. Item cinco da pauta, “Número de crianças por CMEI”, Aline comenta que foi uma

questão levantada pelos professores dos CMEIS e infelizmente não foi nenhuma professora de CMEI para representar o grupo, elas pediram para que fosse falado na reunião. Aline me passa a palavra para comentar, existe uma deliberação dois de dois mil e quatorze que fala a respeito da quantidade de alunos por turma. No ano passado, tivemos uma situação no núcleo com o núcleo sobre uma renovação de educação infantil que nós não estávamos nos entendendo sobre a interpretação da quantidade de alunos por turma, até que em uma reunião agendada com a secretária de educação do núcleo, as técnicas do núcleo, a secretária municipal Giovana Mion Casagrande e as técnicas da SEMEC, para tentar entender a disposição das turmas e suas quantidades de alunos. Nesse ato, foi feita uma chamada via Meet pela chefe do Núcleo, Silvia Vieira Dias, com as técnicas do SERE para que elas ouvissem nosso entendimento das turmas e expor a necessidade de se ter quatro etapas sendo elas; berçário, maternal I, maternal II e maternal III, o que não se encaixa no quadro apresentado na deliberação dois de dois mil e quatorze e nem mesmo as técnicas do núcleo não tinham esse entendimento tendo em vista não terem isso tão claro em suas vivências diárias, pois, elas, entendiam que os CMEIS deveriam dividir suas etapas apenas em três, situação que não atenderia a necessidade e faixa etária de nossos alunos que recebemos nos CMEIS. Exposto a situação ao SERE e ao Núcleo, as técnicas do SERE explicaram que devemos fazer da maneira como nós sabemos que nossos alunos ficarão melhor atendidos, seguindo sempre a disposição da quantidade de alunos por turma da deliberação dois de dois mil e quatorze, sendo ela;

*Art. 9.º - A organização de grupos infantis deve respeitar as condições concretas*

*de desenvolvimento das crianças e suas singularidades, bem como os espaços*

*físicos, equipamentos e materiais pedagógicos existentes na escola, tendo como*

*parâmetro a seguinte relação professor/criança:*

*I - do nascimento a um ano de idade - até seis crianças por professor;*

*II - de um a dois anos de idade - até oito crianças por professor;*

*III - de dois a três anos de idade - até doze crianças por professor;*

*IV - de três a quatro anos de idade - até quinze crianças por professor;*

*V - de quatro e cinco anos de idade - até vinte crianças por professor.*

Aline salienta sobre o tamanho das salas, como no exemplo do CMEI Eva Nalepa Iarek, nas salas de maternal III que poderiam ser atendidos vinte quatro alunos, sendo doze por professor, mas o tamanho das salas por serem menores não suportam essa quantidade, não tem espaço físico para vinte e quatro colchonetes, por isso, temos o bom senso de chamar apenas vinte alunos para essas turmas. Nesse contexto, de quantidade de alunos por professor, Aline comenta que muitos professores reclamam por pensar que as salas estão muito cheias, sendo que só ultrapassamos a quantidades dos alunos por turma em caso de solicitação de Conselho Tutelar ou Ministério Público, mas nesse ano, não temos nenhuma sala que ultrapasse a quantidade de alunos. Item seis da pauta, “Chamamento das Turmas dos CMEIS. Para esse ano ficamos com seis turma que seriam abertas no início do ano por dependerem do chamamento de professores do PSS, sendo elas, um berçário no CMEI Júlia Lugarini Menegusso, um maternal I no CMEI Vó Ester e dois maternal I e um maternal II no CMEI Aníbal Khury e como estamos no processo de chamamento, para os próximos dias essas serão chamados os alunos para abriremos essas turmas. Item sete da pauta, “Grupo de Estudos”, Aline comenta sobre uma reunião que tivemos no ano passado e foi sugerido montar um grupo de menor dentro do Conselho Municipal de Educação que farão os estudos do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais do Município de Campo Magro, mas hoje não poderemos fechar pela falta de representante dos CMEIS. Viviane sugeriu que fizesse uma pesquisa perguntando quem gostaria de participar

do referido Grupo de Estudos e nos próximos fechar essa questão com professores e representantes dos segmentos do Conselho. Item oito da pauta, “Professor Destaque”, Viviane comenta que o Professor Destaque do ano é um projeto que a Câmara de Vereadores elaborou, existe uma lei, e nós da SEMEC, quanto técnicos montamos um plano viabilizar o projeto dentro das instituições. Os professores desenvolvem projetos no primeiro semestre, em outubro eles são premiados e recebem a placa de honra ao mérito por ter desenvolvido o trabalho, são chamados de projetos inovadores. O próximo assunto da pauta, item nove, “Câmara Mirim”, também é uma lei da Câmara de Vereadores. Esse projeto também já está sendo desenvolvido nas escolas nas turmas de quartos e quintos anos e a eleição é feita com alunos dos quintos anos. A criança se candidata a vereador Mirim, faz todo seu discurso, defende sua ideia, a professora em sala trabalha a questão da cidadania e os valores. Não tem nada direcionado de cunho político e os temas abordados pelas crianças são temas relacionados à educação, por exemplo; vocês concordam que usem boné dentro da sala de aula? Como podemos fazer para diminuir o lixo da escola? Em seguida, a eleição é feita, e o candidato é escolhido pela turma. Tudo feito de maneira bem democrática e nos padrões de uma eleição normal com, urna lacrada, papel bem dobradinho com os nomes. Camila pergunta se é o primeiro ano que irá ter essa eleição, e Viviane comenta que no ano passado já teve e foi feito no segundo semestre. O décimo e último item da pauta, que é o “Chamamento do PSS”, Viviane comenta que foram cento e cinquenta inscritos e que no final de todas as etapas foram aprovados trinta e três de escolas e trinta e três dos CMEIS. Nesta semana alguns já foram chamados, professores de CMEI quarenta horas e professores de Escolas vinte horas. Esse é o primeiro ano que foi feita prova escrita, tendo em vista, ter sido uma exigência do Ministério Público. Viviane salienta que todas as etapas foram elaboradas pelos integrantes da comissão que é composta por quatro integrantes. Publicar edital, elaborar as provas, análise dos documentos, ministrar as provas, correção das provas, prova de títulos, chamamento. Aline comenta que o início de todo o trabalho foi em dezembro de dois mil e vinte e três com a elaboração e publicação do edital e que de todo o processo e na análise dos documentos o que fez bastante diferença foi a questão do quadro vacinal não estar completo e que foi um fator eliminatório para os inscritos. O chamamento está sendo feito conforme a necessidade, ainda vamos abrir mais turmas no CMEI Aníbal Khury e no CMEI Júlia Lugarini Menegusso e CMEI Vó Ester. Sem mais para o momento, eu, Luciane Marques da Silva lavrei a presente ata que será assinada por mim e todos os presentes.

**Publicado por:**

Nikely Freitas Carachenski

**Código Identificador:**3AC490C9

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 10/06/2024. Edição 3041

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>